



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



RACI

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO IDEAU

ISSN 1809-6212

Vol.6 - n.12 - Janeiro - Junho 2011

Semestral

Artigo:

Balço Social no Setor Público: um estudo de caso em uma Prefeitura Municipal

Autores:

Prof. Msc. Claudedir Bleil¹

Josieli Gatto²

Juciléia Giacomini Lopes³

Luciane Lovatto de Matos Sauer⁴

¹ Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade IDEAU

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade IDEAU

³ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade IDEAU

⁴ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade IDEAU

Balanco Social no Setor Público: um estudo de caso em uma Prefeitura Municipal

Resumo: O balanço social tem sido um assunto de grande destaque para gestores, *stakeholders* e a sociedade como um todo. A evolução e as constantes mudanças no mercado requerem determinadas ações que possam gerar informações de cunho sócio-econômico e ambiental e que precisam ser publicadas para os interessados. Assim tem-se o Balanço Social, o qual visa demonstrar e evidenciar o que a entidade, seja pública ou privada, tem feito por si e pela sociedade. Nesse contexto o estudo teve por objetivo analisar e implantar um modelo de Balanço Social em uma prefeitura, visto que são poucas as entidades públicas que elaboram e publicam este tipo de demonstração. A metodologia utilizada foi de ordem descritiva e qualitativa realizada por meio de um estudo de caso na Prefeitura Municipal de Cruzaltense, norte do Estado do Rio Grande do Sul, aplicando-se um modelo de Balanço Social que foi publicado no 6º Congresso de Controladoria e Contabilidade da USP. Como resultado constatou-se que o modelo escolhido serviu para a implantação e gerou uma série de informações, indicadores e análises sociais, econômicas e ambientais da prefeitura. A unidade estudada passou a ser a primeira prefeitura daquela região, formada por 32 municípios, a ter publicado o seu Balanço Social, inclusive com a impressão e distribuição de exemplares. Espera-se que o modelo, após possíveis adaptações, sirva de base para implantação em outras prefeituras, visando demonstrar para as pessoas o quão importante é numa entidade pública a transparência, *accountability* e a responsabilidade social para com a sociedade.

Palavras Chave: Balanço Social. Responsabilidade Social. Gestão Pública

Abstract

The social report has been a subject of great focus for managers, stakeholders and society as a whole. Trends and changing on the market require certain actions that can generate socioeconomic and environmental information and that need to be published for those interested. Thus we have the Social Report, which aims to demonstrate and show what the entity, public or private, has done for itself and for the society. In this context, the study aimed to analyze and implement a model of Social Report in a City hall, as there are few public entities that prepare and publish such demonstration. The methodology used was qualitative and descriptive accomplished through a case study in the City Hall Cruzaltense, north of Rio Grande do Sul, applying a model of Social Report that was published in the 6th Congress of the Comptroller and Accounting at USP. As a result it was found that the model chosen served for the implementation and generated a lot of information, indicators and social, economic and environmental analyzes of city government. The unit studied has become the first city hall in that region, comprising 32 municipalities, having published its Social Report, including printing and distribution of copies. It is expected that the model, after possible adaptations, as the basis for implementation in other municipalities, in order to demonstrate to people how important it is for a public entity the transparency, accountability and social responsibility for the society.

Keywords: Social Report. Social Responsibility. Public Management

1 Introdução

Os gestores buscam, cada vez mais, melhorias socioeconômicas e ambientais nas organizações e nas regiões onde atuam. Essa questão há muito tempo vem sendo discutida por diversas ciências com o objetivo de propor soluções e alternativas para o crescimento sustentável dos negócios. Assim as pessoas posicionam-se para discutir assuntos ambientais com o intuito de beneficiar tanto a empresa e, por meio dela, a própria sociedade em geral.

De acordo com Martins, Bello e Oliveira (2007) a gestão ambiental está voltada para organizações, corporações, firmas, companhias, empresas, instituições e pode ser entendida como um conjunto de políticas, práticas administrativas e operacionais, programas que levam em conta a questão do bem estar social e a proteção do meio ambiente, diminuindo os impactos e danos ambientais decorrentes da implantação, ampliação ou desativação de atividades, contendo todas as fases do ciclo de vida de um determinado produto.

Nesse contexto faz-se importante aos gestores publicar e informar às ações que vem sendo realizadas pelas entidades públicas e privadas visando demonstrar às pessoas os benefícios da sua existência para a sociedade. A contabilidade tem como objetivo planejar e colocar em prática um sistema de informação para as organizações com ou sem fins lucrativos, servindo como instrumento fornecedor de informações para a tomada de decisões e colaborando para intensificar o nível de responsabilidade social das entidades.

A contabilidade tem como finalidade atender a sociedade por meio de relatórios e demonstrações apresentando a atuação da empresa quanto à questão com o meio ambiente, e para isso destaca-se o Balanço Social que tem por objetivo, demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio onde está inserida, visando demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa com o intuito de prestar contas a sociedade pelo uso do patrimônio público (IUDICIBUS; MARTINS, GELBCKE, 2000).

Através do balanço social, pode-se refletir a responsabilidade da empresa com a sociedade, como a gestão de recursos humanos, integração com o meio ambiente, integração e o valor adicionado à economia.

Assim pode-se atribuir que tal assunto é de fundamental importância, para as empresas, pois a mesma está contribuindo com o meio ambiente e conseqüentemente para o bem estar social, além de ter sua imagem melhorada, vista pelas pessoas.

Com os grandes avanços tecnológicos e a globalização acelerada, as empresas passaram a adotar novos métodos para desenvolver-se de forma precisa e confiável. As informações adquiridas também passaram de confidenciais para públicas, se tratando de certas organizações, principalmente as

de interesse social. Assim, surgiu o balanço social para trazer ao usuário interessado maior certeza e confiança em relação às informações prestadas pela empresa à sociedade, passando a ser de direito público saber e entender o que se passa nas organizações que adotam esse tipo de gestão.

A organização quando pública, precisa prestar contas à sociedade sobre os eventos e ações que desenvolve, com o intuito de promover a participação dos indivíduos para estar ciente das ações, projetos e eventos realizados.

Porém poucas são as prefeituras que elaboram e publicam o seu Balanço Social, sendo ele de extrema importância para uma melhor transparência das informações, além de demonstrar que gerar lucro não é o único fator importante de uma entidade, mas sim, como a mesma posiciona-se para o desenvolvimento social.

Assim o objetivo do trabalho foi o de aplicar o Balanço Social em uma prefeitura como forma de atentar aos gestores públicos a necessidade de elaboração e publicação desta importante demonstração. Foram analisados alguns modelos e optou-se pelo que foi publicado no 6º Congresso da USP de Controladoria e Contabilidade do ano de 2006.

2 Referencial Teórico

2.1 Balanço Social

O Balanço Social foi instituído na França, em 1977. Segundo Ribeiro (2005), com o passar do tempo focou-se na questão ambiental porque a sociedade mostrou compreensão com as empresas possibilitando a elas darem continuidade a suas atividades de maneira saudável sem prejudicar o meio ambiente, produzindo benefícios para toda a sociedade.

Ainda segundo Ribeiro (2005, p. 10). “A idéia de divulgar as atividades da empresa, juntamente com as demonstrações de desempenho econômico-financeiro, teve início na década de 1960, a partir de dois movimentos”. Estes chamados de Movimento de Empresários Cristãos e Movimento Pacifista.

O Movimento de Empresários Cristãos por meio de uma encíclica papal *Manter et magister*, publicada no ano de 1961, pelo concílio Vaticano II, pretendia que as empresas apresentassem um relatório social. Assim, grupos de dirigentes empresariais, cristãos de diversos países, entre eles, membros da *Union Internationale Chrétienne des Dirigeants d'Entreprise* - UNIAPAC, com sede em Bruxelas, na Bélgica, inspirados nessa idéia organizaram-se para demonstrar a dimensão social de uma entidade, focando principalmente na responsabilidade ao tratar de mão-de-obra humana e os

benefícios à população local. Foi a partir desses grupos que a idéia do Balanço Social chegou ao Brasil.

Pelo Movimento Pacifista, sua origem parte da organização norte-americana contra a Guerra do Vietnã, onde incentivavam o boicote aos produtos e as ações das companhias que contribuíam com a guerra. Isto acabou fazendo com que, as empresas demonstrassem todas as suas atividades sociais, em especial a interação com a sociedade.

Com o passar dos tempos a evolução tomou conta das eras tecnológicas trazendo ao homem benefícios. Porém, ao mesmo tempo trouxe consigo algumas dificuldades, que seriam adaptadas conforme a evolução progredisse dentro de uma organização. Essas dificuldades hoje tornam-se necessidades de adaptação de uma empresa e outra que buscam crescer de forma legal perante a sociedade.

O Balanço Social surgiu para satisfazer as necessidades e melhorar o desempenho das atividades tanto econômicas quanto ambientais. De acordo com Tinoco (2009), o Balanço Social surgiu em meados da década de sescenta, na França e, por ter ocorrido a pouco tempo, para alguns ainda é algo novo que deve ser explorado e adaptado dentro das organizações, sendo que nos países europeus ainda não há uma legislação que os obrigue a elaborá-lo ou até mesmo publicá-lo.

No entanto, a sociedade tem o direito de saber o que se passa dentro de uma empresa ou entidade por isso exercem pressões que acabam fazendo com que os seus gestores dessas divulguem suas informações por meio de relatórios contábeis e demais publicações econômicas. Assim, muitos países passaram a elaborar o Balanço Social nas organizações e, segundo Tinoco (2009), alguns desses países formaram a base para que o Balanço Social pudesse expandir mundo a fora

2.1.1 Balanço Social no Brasil

O Balanço Social se originou por várias denominações vindas de vários países, até passar a existir no Brasil. No Brasil a UNIAPAC chama-se Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE, constituída em 1961 e que emitiu em 1974 o Decálogo do empresário cristão, cujos princípios prevêm que a empresa possui uma função social, a qual se materializa por meio da promoção de seus trabalhadores e da comunidade local.

Em 1977 a ADCE organizou mais um encontro nacional com o objetivo de discutir o Balanço Social. No mesmo ano a delegação brasileira esteve participando no México na assembléia anual da UNIAPAC, apresentando discussões referentes ao Balanço Social – instrumento a serviço da empresa. Em abril de 1980, a ADCE promoveu em São Paulo o Seminário Internacional de Balanço Social, contando com palestrantes da Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha e Uruguai.

Para RIBEIRO (2005, p.11) esse encontro trouxe algumas das iniciativas pioneiras referentes à publicação do Balanço Social:

- 1984: a empresa Nitrofértil produz seu Balanço Social, reconhecido como o primeiro no Brasil;
- 1986: é lançado o Balanço Social do Mercado de Capitais, patrocinado pelo comitê de Divulgação do Mercado de Capitais – CODIMEC;
- 1991: a Telebrás publica a primeira Demonstração do Valor Adicionado;
- 1992: a extinta Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTc e o Banespa publicam sua Demonstração do Valor Adicionado;
- 1993; a FEBRABAN elabora a primeira Demonstração do Valor Adicionado do setor Bancário.

Desde então muitos projetos leis foram criados, elaborados por deputados, um deles Valmir Campello, em 1991 envio para o Congresso Nacional um anteprojeto tratando da publicação do Balanço Social, aqui no Brasil, porém nunca foi lembrado para ser discutido ou até mesmo votado. Alguns anos antes outro projeto de Lei havia sido criado para instituí-lo, isso em 1987 pelo Secretário Geral do Ministério da Justiça, José Paulo Cavalcante. Em 1996 houve uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE onde seu presidente, o sociólogo Herbert de Souza queria resgatar o Balanço Social para o país. Nesse período foi lançado então um modelo que foi aceito e utilizado pelas empresas brasileiras, que ao longo do tempo seria aperfeiçoado, tudo para garantir uma melhor reflexão sobre as ações sociais, como trata o autor:

No ano de 1997, as deputadas Marta Suplicy, Sandra Starling e Maria da Conceição Tavares elaboraram o projeto Lei nº. 3.116 com o objetivo de obrigar as empresas a publicarem o Balanço Social. Esse projeto Lei deveria conter, se aceito, dados referentes ao faturamento, empregados, (quantidade, remuneração, sexo, faixa etária e benefícios), além de encargos sociais, e tributos pagos, investimentos em segurança, com o meio ambiente trazendo benefícios à comunidade externa e também a empresa. Entretanto o projeto foi arquivado ao término do mandato.

Em agosto do mesmo ano, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), discutiu em audiência pública sobre a obrigatoriedade do Balanço Social nas empresas brasileiras para oficializar de uma vez por todas essa questão, porém não obteve sucesso.

Segundo Ribeiro (2005), dois anos depois do surgimento da Lei 3.116/97, o deputado Paulo Rocha apresentou outro projeto de Lei nº. 32, substituindo o anterior, este trazia o modelo do Balanço Social Francês que já circulava pelo Brasil, isto por causa do trabalho da ADCE, desde 1977.

A polêmica de aceitar ou não o Balanço Social no país brasileiro acabou ocasionado varias questões que foram sendo entendidas e respondidas com o passar do tempo, assim a grande dificuldade encontrava-se no que definir para passar a mensurar as atividades realizadas dentro das empresas. Portanto, o Balanço Social tornou-se um assunto polêmico por causa da sua obrigatoriedade nas companhias abertas, isso que a idéia de implantá-lo não é recente, vem de muito tempo, o motivo talvez seja a maneira de pensar, de agir e também de interpretar o que é certo ou errado, o que é bom ou ruim levando em consideração não só o bem estar individual, mas de todos os que o rodeiam, ou seja, não pensar somente na empresa e esquecer da sociedade.

Nessa crescente evolução pelo Brasil, houve algumas associações de classe que passaram a divulgar informações de natureza social, como a Federação Brasileira de Bancos – FEBRAN, a Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Sendo que, a FEBRAN já publica seu próprio Balanço Social e a ANEEL incentiva a publicação do Balanço Social e também da Demonstração do Valor Adicionado, desde 1998. Assim em 2003 passou a ser obrigatória a publicação para empresas desse setor.

Seguidos desse incentivo, Governos de Estado e municípios também passaram a incentivar a elaboração do Balanço Social nas empresas que ocupam os territórios sob sua responsabilidade, tendo até mesmo uma lei para que isso seja cumprido, é a Lei 8.118/1998, do município de Porto Alegre (RS), no qual o selo de Cidadania será concedido às empresas com mais de 20 empregados que apresentarem o Balanço Social de acordo com as regras da mesma.

Assim os Balanços sociais receberão prêmios para os que apresentarem qualidade, isto de acordo com a legislação de cada município. São exemplos: a Resolução nº. 005/1998, do município de São Paulo (SP), que criou o dia da Empresa Cidadã; a Lei nº. 7.672/1998, de Santo André (SP), que concebeu o Selo Empresa - Cidadã; o Projeto de Resolução nº. 004/1998, do município de João Pessoa (PB), que propôs a criação do Selo Herbert de Souza; o Decreto Legislativo nº. 118/1999, do município de Uberlândia (MG), que elaborou o Selo Empresa - Cidadã; a Lei nº. 11.440/2000, do estado do Rio Grande do Sul (RS), que instituiu o Certificado de Responsabilidade Social (RIBEIRO, 2005).

No começo, o Balanço Social era visto como algo que deveria se preocupar com tudo que envolve a força de trabalho empregada, mas com o passar do tempo foi percebido que, o mesmo deveria incluir elementos de responsabilidade social da empresa e aspectos que relacionassem com o meio ambiente. Sendo que a contribuição passou a ser demonstrada pelo valor adicionado à economia local.

2.1.2 A importância do Balanço Social

O homem moderno sempre se preocupou com a qualidade, principalmente com a qualidade de vida, buscando por meio de estudos e pesquisas maior perfeição no realizar de suas atividades, envolvendo outras companhias no seu interesse. Diante de tamanha preocupação surgiu o Balanço Social para realizar essa satisfação, que não deixa de ser hoje uma necessidade para diversas empresas entidades.

Assim a empresa passa a colaborar de forma importante com atuação dos próprios funcionários dentro da organização, proporcionando a eles maior qualidade de vida, ao mesmo tempo em que favorece à sociedade poder estudar e ter conhecimento das informações geradas dentro da empresa, tornando-as públicas.

De acordo com Ribeiro (2005), quando o Balanço Social surgiu para satisfazer a esta necessidade e surgiu também dois fatores muito importantes: a pressão crescente sobre a empresa em relação aos aspectos sociais e a insegurança quanto ao seu futuro. Diante desses fatores, passaram a inserir a palavra social em todas as decisões e também a divulgar suas ações nesse campo, onde a maior necessidade estava em conceituar de forma correta a expressão responsabilidade social com o objetivo de analisar o que ela significaria para a sociedade, qual o seu papel, qual a sua missão em relação à mesma.

Segundo Ribeiro (2005, p. 24) o “Balanço Social permitia a investidores e credores, governo executivo, legisladores, julgadores, empregados atuais e futuros, sindicatos ONGS, instituições acadêmicas e de pesquisa, órgãos reguladores, partidos políticos, autoridades municipais – ou seja, a sociedade como um todo – conhecer melhor a empresa”.

Hoje a grande pressão do governo encontra-se sobre as empresas no incentivo a publicar a Demonstração do Valor Adicionado e divulgar informações sobre quadro de funcionários, dados sobre investimentos na área ambiental e social.

Nesse contexto a contabilidade passou a se preocupar com o diz respeito ao social e ao ambiental, juntamente com aspectos de sua economia.

E foi no ano de 1960, depois de muitas expectativas sociais que levaram a debates, discussões em relação ao papel da empresa com a sociedade, surgindo por meio desses debates o termo contabilidade de responsabilidade social, fazendo com que a própria contabilidade refletisse sobre a responsabilidade dentro de uma organização, focando informações de natureza ambiental, econômica e social.

3 Metodologia

Para elaborar uma pesquisa, é necessário saber como ela irá se proceder, segundo Raupp e Beuren (2003), existem três categorias de importância fundamental para a pesquisa, como os objetivos, procedimentos e também a abordagem do problema. A metodologia utilizada na pesquisa é ordem descritiva, quantitativa e qualitativa realizada por meio de um estudo de caso com informações relativas ao ano de 2008.

O estudo foi realizado na Prefeitura Municipal de Cruzaltense, localizada na região do Alto Uruguai, RS, onde a mesma iniciou suas atividades em janeiro de 2000, possui 2.273 habitantes e conta atualmente com 142 funcionários distribuídos em cinco secretarias: Administração, Finanças e Turismo; Obras, Habitação e Urbanismo; Saúde e Meio Ambiente; Educação, Cultura e Desporto; Agricultura e Pecuária, sendo que no início período de 2008 contava-se com 127 funcionários e ao término do mesmo período com 101 funcionários.

Foram analisadas outras prefeituras e a escolha desta é justificada pela acessibilidade aos dados e interesse da mesma, pois projeta a implantação do Balanço Social nos próximos anos e preocupa-se com as questões sociais e ambientais.

A coleta dos dados foi obtida com informações das demonstrações contábeis, relatórios de gestão, documentos, depoimentos, conversas, registros dos departamentos envolvidos, e do auxílio do professor orientador.

O modelo de balanço social escolhido para implantação é o modelo publicado no 6º Congresso da USP de Controladoria e Contabilidade do ano de 2006, dos autores Sady Mazzioni, Celso Galante, César Eduardo Stevens Kroetz.

Pretende-se apresentar os resultados aos colaboradores da prefeitura bem como a sociedade apresentando a responsabilidade social da prefeitura, visto que transparência é fundamental para entidades públicas. Espera-se que o estudo possa contribuir e ser aplicado em outras prefeituras após as devidas adaptações.

4 Implantação do Balanço Social na Prefeitura

A prefeitura municipal de Cruzaltense, analisada neste estudo de caso, situa-se no norte do estado do Rio Grande do Sul, região do Alto Uruguai e é considerado um município novo, enquadrando-se como de pequeno porte. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar 101 de 2000, por meio do artigo 63, classificou os municípios brasileiros em duas categorias para fins do estabelecimento de regras, limites e exigências de publicação dos relatórios de gestão fiscal: municípios com população inferior e superior a 50.000 habitantes. Segundo o senso realizado pelo

IBGE no ano de 2000, o Brasil possui 5.561 municípios, dos quais 5.037 (90,58% do total) possuem menos de 50.000 habitantes. Com até 5.000 habitantes existem 1.382 municípios, ou seja, 24,86% do total, sendo a segunda categoria de municípios mais numerosa do país (MAUSS, BLEIL, VANTI, 2009).

O modelo escolhido para aplicação do Balanço Social na prefeitura Municipal de Cruzaltense foi adaptado de acordo com as atividades realizadas pela prefeitura. No Quadro 1 tem-se a apresentação da entidade estudada dando início às informações do seu Balanço Social.

APRESENTAÇÃO DE ENTIDADE		
Município: Cruzaltense	UF: RS	Região: Norte
Missão: Desafio e Conquista		
Emancipação: 16/04/1996		
Limites Geográficos: norte com o município de Entre Rios do Sul e São Valentim, a leste com o município de Ponte Preta, ao sul com o município de Campinas do Sul, e a oeste com a Barragem da Usina Hidrelétrica do Rio Passo Fundo.		
População Total: 2.273	Urbana: 695	Rural: 1.578
Principais Etnias: italiana, polonês, alemã e negra.		
Principais Atividades Econômicas: agricultura, pecuária, serviços, comércio e setor terciário.		

Quadro 1: Apresentação da Entidade

Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzaltense (2009)

O município apresentou no ano de 2006 um PIB a preço de mercado corrente de R\$ 19.367.000,00 e um PIB Per Capita de R\$ 7.803.000,00. De acordo com os dados do IBGE (2007) o município possui 2.273 habitantes. Conforme dados da Secretaria Municipal de Administração (2008), dentre os 2.273 habitantes, 1.578 residem no meio rural dentre eles 847 são do sexo masculino e 731 são do sexo feminino e, 695 residem no meio urbano dentre eles 358 são do sexo masculino e 337 do sexo feminino.

Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE – RS) o município de Cruzaltense possui 2.015 eleitores, dentre os quais 1.068 são do sexo masculino (53%) e 947 do sexo feminino (47%).

A seguir serão apresentados os itens passíveis de análise com base no modelo escolhido.

4.1 Indicadores Monetários

Os indicadores monetários mostram as informações gerais do resultado operacional, onde se destacam as contas de receitas e despesas distribuídas em indicadores laborais como: folha de pagamento dos funcionários e de terceiros, os encargos sociais, indenizações e restituições e indicadores sociais externos por meio dos gastos com educação, cultura e esporte, saúde e saneamento, assistência social e previdência, transportes, habitação, urbanismo e obras, e agricultura, os quais estão evidenciados, na Tabela 1.

Tabela 1: Indicadores Monetários

Indicadores Gerais do Resultado Operacional	RS - ANO 2008	
	REALIZADO	ORÇADO
Receitas Correntes	398.617,34	294.850,00
Transferências	6.673.424,32	5.867.410,00
Receitas de Capital	70.376,50	70.000,00
(-) Deduções da Receita Corrente	(993.457,92)	(329.000,00)
Sub - Total (Receita Orçamentária)	6.148.960,24	5.903.260,00
INDICADORES LABORAIS	4.039.348,37	3.911.010,00
Folha de Pagamentos de Funcionários	2.554.113,18	2.551.340,00
Total de Pagamentos de Terceirizados	1.017.573,00	901.650,00
Encargos Sociais	458.591,53	447.910,00
Indenizações e Restituições	9.070,66	10.110,00
INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	4.229.650,82	4.980.218,25
Educação, Cultura e Esporte	1.263.996,30	1.904.589,03
Ensino Fundamental	1.040.729,06	1.679.729,03
Ensino de Jovens e Adultos	115.646,04	116.420,00
Educação Física e Desporto	6.487,00	7.030,00
Alimentação Escolar	14.962,80	15.000,00
Transporte Escolar	86.171,40	86.410,00
Saúde e Saneamento	1.374.596,01	1.447.077,20
Saúde	1.343.396,01	1.415.767,20
Saneamento	31.200,00	31.310,00
Assistência Social e Previdência	163.437,51	165.837,56

Assistência Social	163.437,51	165.837,56
Transportes	798.380,46	811.107,60
Transporte Rodoviário	798.380,46	811.107,60
Habitação, Urbanismo e Obras	297.266,42	317.447,99
Urbanismo	297.266,42	317.447,99
Indústria	1.179,63	1.229,63
Políticas Industriais	1.179,63	1.229,63
Segurança Pública	2.310,00	2.500,00
Políticas de Segurança Pública	2.310,00	2.500,00
Agricultura	328.484,49	330.429,24
Políticas de Incentivo ao Desenvolvimento Agrícola	328.484,49	330.429,24

Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzaltense (2009)

Os dados foram extraídos do sistema contábil utilizando-se do balancete das despesas e receitas. Consta-se que a Receita Orçamentária orçada foi de R\$ 5.903.260,00 verificando uma arrecadação de R\$ 6.148.960,24, ou seja, R\$ 245.700,24 a mais do que o previsto para o período, gerando um aumento de 4,16%.

Percebe-se que as Transferências Correntes, ou seja, da União e do Estado, Multigovernamentais e transferências de Convênios continuam sendo a principal fonte de receita municipal com 93,43% da receita, em seguida Receitas Correntes (5,58%) e Receitas de Capital (0,99%), respectivamente.

Nos indicadores laborais destacam-se a folha de pagamento dos funcionários, de terceirizados, os encargos sociais e indenizações e restituições. Com a folha de pagamento, percebe-se que o valor estimado era de R\$ 2.551.340,00 e a realizada foi de R\$ 2.554.113,18 esse motivo se deu pelo aumento dos gastos com funcionários, gerando um aumento de 0,11%. Analisando a folha de pagamento dos terceirizados percebe-se que do mesmo modo sofreu aumento de 12,8% ou seja, o valor estimado era de R\$ 901.650,00, mas com o decorrer do ano houve um aumento de gastos efetivados que passou a ser R\$ 1.017.573,00. Do mesmo modo, os encargos sociais tiveram um aumento em 2,5% do valor orçado, que proporcionalmente a folha de pagamento sofre aumento ou redução, e as indenizações e restituições ficou na meta estimada.

Nos indicadores sociais e externos destacam-se os gastos com saúde e saneamento com R\$ 1.374.596,01 e os gastos com a Educação, Cultura e Desporto realizados no valor de R\$ 1.263.996,30. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação o município possui quatro escolas municipais de

ensino fundamental e duas pré-escolas. O Estado atua com uma escola estadual de ensino fundamental e uma de ensino médio, Escola Estadual de Ensino Fundamental Vera Cruz. No município não há instituições públicas ou privadas que ofereça cursos profissionalizantes.

4.2 Recursos Humanos

Atualmente o setor de Recursos Humanos da Prefeitura é composto por 101 funcionários, distribuídos em cinco secretarias. Os dados referentes a este departamento estão armazenados em um sistema de processamento de dados que contém todas as informações referentes ao registro dos funcionários.

Pode-se observar do total de funcionários, que a maioria, 72, é do sexo masculino, dos quais 5 exercem cargos de chefia e 29 funcionários são de sexo feminino com apenas 1 cargo de chefia. Os mesmos possuem idade entre 18 a 60 anos. A maior faixa etária concentra-se entre 18 e 35 anos de idade com o total de 49,50 %, seguida entre 36 e 60 anos de idade o com 50,50%.

Os indicadores do corpo funcional no ano de 2008 apresentaram uma variação no quadro de funcionários em relação ao início do ano, essa variação ocorreu devido às eleições e troca de administração e, conseqüentemente, a mudança dos cargos de confiança, secretários e funcionários da administração e demais secretarias. No início do ano o total de funcionários era de 127, durante o período ocorreram 46 demissões, 21 admissões e 01 aposentadoria, encerrando o ano com o total de 101 funcionários.

A maioria dos funcionários possui ensino médio completo, 40 pessoas representando 39,60% do total, em seguida tem-se 28 funcionários com ensino fundamental o que representa 27,72%, graduados são 25 funcionários ou 24,75%, 8 especialistas ou 7,92%, nenhum mestre.

Com relação á distribuição por tempo de serviço o total de funcionários com até 1 ano é de 25, já os funcionários que trabalham na prefeitura até 5 anos são 43 e até dez anos somam o total de 28, e por fim, o total de funcionários entre 10 e até 15 anos é de somente 5 funcionários.

O salário médio dos homens é de R\$ 1.460,73 e o salário médio das mulheres é de R\$ 917,82. Dentre os funcionários, há também um funcionário portador de necessidades especiais com salário médio de R\$ 950,00. A carga horária semanal de trabalho é de quarenta horas, e o total de horas extras trabalhadas no ano de 2008 somam o total de 3.360.

Na distribuição quanto á cor da pele, há um elevado número de funcionários de cor branca totalizando 96 %, e o restante divide-se em 2% de negros e 2% pardos. Do total de funcionários 65 são sindicalizados e 2 integram as diretorias sindicais.

4.3 Indicadores da Educação

Os indicadores de desempenho na educação do Município de Cruzaltense foram fornecidos pela Prefeitura Municipal. Os dados referentes aos indicadores da estrutura física compõem-se por um (1) estabelecimento na sede do município dividido em ensino fundamental e médio. Referente à educação infantil, básica e fundamental existiam seis (6) estabelecimentos no município, sendo cinco escolas no interior e uma na sede.

A quantidade de salas de aula é de 17 entre a sede e o interior do município, divididas entre 4 níveis de escolaridade, sendo: educação infantil com 2 salas ou 12% , educação básica com 8 salas ou 47%, ensino fundamental com 4 salas ou 23% e o ensino médio com 3 salas representando 18%.

Com relação às vagas disponíveis para o ingresso de novos alunos tem-se um total de 470, sendo na educação infantil 60 vagas representando 13%, na educação básica 200 vagas representando 42%, no ensino fundamental há disponível 120 vagas representando 26% e no ensino médio existem 90 vagas disponíveis representando 19% do total.

Em relação aos indicadores do Corpo Discente, existem matriculados 388 alunos, divididos nos quatro níveis de escolaridade, educação infantil 45 alunos ou 12%, educação básica 180 alunos ou 46%, no ensino fundamental 111 alunos ou 29%, e o ensino médio 52 alunos matriculados representando 13%. Em relação à reprovação de alunos, foram 10 em todos os níveis escolares, sendo 2,58%.

Já com a distribuição por sexo existem 108 homens ou 48% e 117 mulheres ou 52%, totalizando 225 pessoas.

Em Relação ao Corpo Docente, referindo-se a educação infantil e básica, as quais se encontram sob responsabilidade do município, existem 5 professores não graduados, sendo 2 da educação infantil e 3 da educação básica, professores graduados tem 14, sendo 1 na educação básica e 13 na educação infantil, 2 professores são especialistas da educação infantil, há 2 professores em fase de titulação para especialização, totalizando 21 docentes concursados, 3 da educação infantil e 18 da educação básica.

4.4 Demonstração da Distribuição da Riqueza Arrecadada

Para uma gestão pública eficiente e transparente faz-se necessário demonstrar de onde se originaram os recursos e onde e como eles foram aplicados no município. Para isso tem-se a demonstração da distribuição da riqueza arrecadada do período.

Tabela 2: Demonstração da Distribuição da Riqueza Arrecadada

ARRECADAÇÃO DE RIQUEZAS	ANO 2008 - EM R\$	
A – RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	6.148.960,24	
RECEITAS CORRENTES	7.072.041,66	
Receitas Tributárias	177.628,64	
Receitas Patrimoniais	93.811,76	
Receita de Serviços	51.799,03	
Outras Receitas Correntes	75.377,91	
Receitas de Transferências	6.673.424,32	
Receitas Constitucionais	6.218.722,28	
Transferências Multigovernamentais	377.300,70	
Transferências de Convênios	77.401,34	
RECEITAS DE CAPITAL	70.376,50	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(993.457,92)	
B - RECEITAS RECEBIDAS EM TRANSFERÊNCIA	452.127,63	
Receitas Extra-Orçamentárias	452.127,63	
C - RIQUEZA TOTAL A DISTRIBUIR (A+B)	6.601.087,87	
D - DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA ARRECADADA	10.491.214,63	%
Remuneração do Trabalho das Atividades	4.030.277,71	100%
Pessoal e Encargos	3.012.704,71	74,75
Serviços de Terceiros	1.017.573,00	25,25
Financiadores	5.406,74	100%
Aluguéis	5.406,74	100
Legislativo	239.480,37	100%
Câmara de Vereadores	239.480,37	100
Remuneração das Atividades	6.216.049,81	100%
Administração e Planejamento	1.895.848,53	30,50
Indústria	1.179,63	0,02
Agricultura e Pecuária	328.484,49	5,28
Educação, Cultura e Desporto	1.218.277,48	19,60
Desporto e Lazer	6.487,00	0,10

Saúde e Meio Ambiente	1.343.396,01	21,61
Obras, Habitação e Urbanismo	297.266,42	4,78
Saneamento	160.982,28	2,59
Transporte	798.380,46	12,84
Assistência Social	163.437,51	2,63
Segurança Pública	2.310,00	0,04
Doações, Contribuições e Subvenções	9.013,90	100%
Convênios	77.401,34	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzaltense (2009)

Destaca-se que os maiores gastos foram com a secretaria de administração e planejamento com R\$ 1.895.848,53 ou 30,50% das remunerações das atividades, seguido dos gastos com saúde e meio ambiente R\$ 1.343.396,01 ou 21,61% e os gastos com educação, cultura e desporto com R\$ 1.218.277,48 representando 19,6%. Juntas essas três atividades consumiram 71,71%. O Gráfico 1 demonstra a participação da remuneração das principais atividades do município.

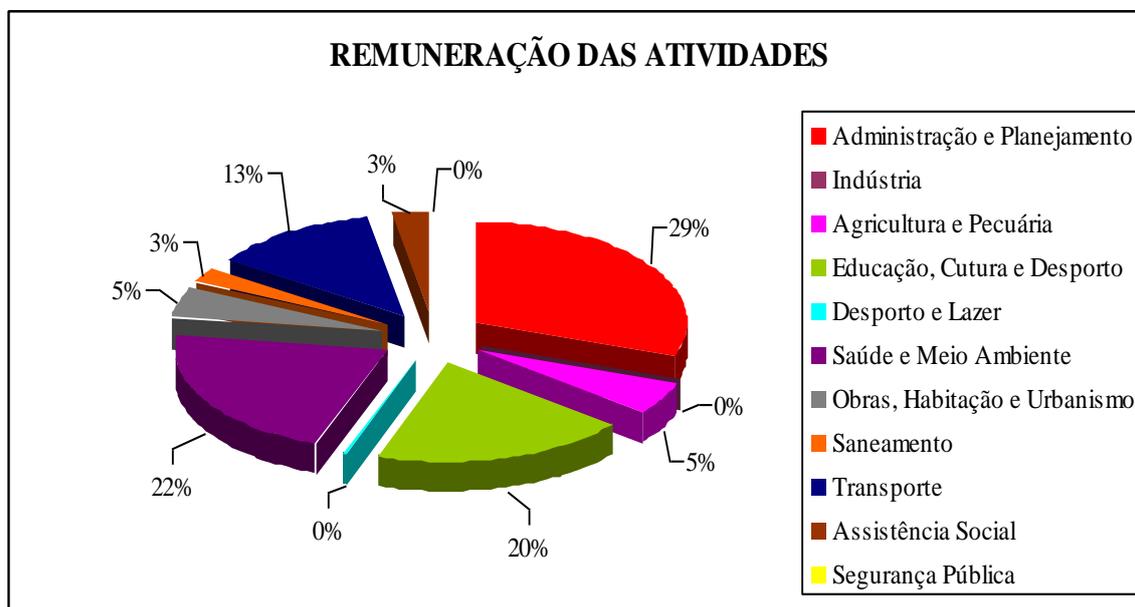


Gráfico 1: Remuneração das Atividades

Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzaltense (2009)

4.5 Meio Ambiente

A situação do meio ambiente vem sendo motivo de grande preocupação das pessoas de maneira geral. Os empresários e a sociedade procuram desenvolver métodos eficazes que previnam a continuidade da degradação ambiental.

Isso também ocorre nas entidades públicas, que buscam evidenciar suas participações e conscientizar as pessoas, procurando soluções para os problemas ambientais. Para isso a Prefeitura Municipal de Cruzaltense tem elaborado projetos que estão previstos até 2020 para sua concretização, até então metas e desafios foram lançados por meio do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, juntamente com o Plano Ambiental do Município.

O COMDEMA foi criado através da Lei Municipal nº. 528/07 o qual visa-se a preservação do meio ambiente, atendendo aos interesses das gerações futuras e as necessidades das gerações atuais. Além disso, a qualificação do município junto a Secretaria do Meio Ambiente a obter o poder de emitir licenças ambientais para empreendimentos com impacto local.

Conseguindo a conscientização da comunidade em geral, das escolas tanto na rede pública como na estadual referente à separação do lixo, reaproveitamento de materiais, através de palestras é o primeiro passo para transformar a sociedade mais limpa. Para alcançar isso, é preciso que todos estejam em busca do mesmo objetivo. O COMDEMA (2009), juntamente com as Secretarias Municipais, conta com o apoio de outras entidades na colaboração do desenvolvimento do município como: Escolas da rede pública municipal e estadual; Entidades comunitárias; Escritório Municipal da ASCAR/EMATER; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Batalhão de Policiamento Ambiental; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo. Sabendo da importância de políticas para a reciclagem de rejeitos industriais e residenciais, através do Projeto de Controle da Poluição Urbana, almeja alcançar resultados com a implementação do Subprojeto: Gestão de resíduos sólidos urbanos e rurais – coleta, transporte e disposição final, ou seja, através do apoio das entidades, da conscientização das pessoas.

4.6 Ética, transparência e responsabilidade social

Para uma entidade pública, especialmente se tratando de prefeitura, é muito importante prevalecer à ética, transparência e sua responsabilidade social perante a sociedade, para que as informações desejadas aos munícipes sejam claras, objetivas e que sejam cumpridas conforme o esperado, proporcionando um bom desempenho e também auxiliando no desenvolvimento econômico.

Prova disso é o Tribunal de Contas que controla e vistoria a prefeitura anualmente como forma de analisar a documentação e verificar se tudo esta correndo de acordo com os procedimentos e

processos que devem ser seguidos pela administração pública, visando garantir o bom funcionamento do estado.

As ações realizadas pela Prefeitura são divulgadas, exemplo disso é o processo de admissão dos servidores públicos, o qual é feito através de processos seletivos ou por concursos públicos. A participação dos servidores no planejamento da instituição é apenas no Plano Plurianual - PPA onde os servidores públicos são convocados a participar da exposição das metas a serem alcançadas e desenvolvidas nos próximos quatro anos, podendo dar sugestões e opiniões de mudanças, os funcionários participam também das audiências públicas, abertas à população.

A prefeitura possui um site no quais as informações, ações, balanços, demonstrações, bem como histórico do município, dados referentes à população são disponibilizadas a todos, evidenciando a importância da responsabilidade e ética. As reuniões dos vereadores para votação de projetos e leis municipais são abertas ao público, proporcionando aos munícipes saber quais são os projetos criados pela prefeitura.

A mesma possui um horário reservado para avisos, informações, divulgação de eventos, exposição dos serviços que a Prefeitura está realizando no município, o qual é conduzido pelo prefeito ou vice-prefeito e secretários que desejarem noticiar informações referentes à sua secretaria.

A seleção de prestadores de serviços é feita por meio de licitação, através da Lei 8.666/93, que é divulgado no Diário Oficial da prefeitura dependendo da modalidade do serviço a ser realizado.

4.7 Políticas futuras de impacto social e ambiental

Uma prefeitura é responsável pela administração dos recursos e pelo bem estar da população. Para isso os recursos devem ser bem distribuídos e geridos, acompanhando o orçamento desde o início a fim de atender as necessidades das pessoas e da sociedade e um dos itens que devem ser bem planejados e executados são as políticas futuras de impacto social e ambiental.

Dentre estas políticas, a Prefeitura possui metas a serem cumpridas como a implementação de nova política salarial de 7% de aumento por ano, mas essa meta dependerá dos níveis inflacionários, ou seja, conforme a inflação ou deflação, os salários terão aumento. Os investimentos em capacitação dos servidores são feitos através de treinamento e aperfeiçoamento de suas atividades realizadas em suas funções.

Uma das metas futuras do PPA é o incentivo à arte e cultura, através de uma escola funcionando em tempo integral, onde os alunos poderão usufruir de atividades extracurriculares como, escola de futsal, dança, teatro, desenhos, entre outras atividades, auxiliando na educação e fornecendo as pessoas mais opções de atividades para auxiliar no seu crescimento.

5 Conclusão

Objetivo do presente estudo foi a aplicação de um modelo de Balanço Social na Prefeitura Municipal de Cruzaltense, o modelo escolhido para aplicação foi apresentado no 6º Congresso da USP de Controladoria e Contabilidade do ano de 2006.

Constatou-se que o Balanço Social vem interessando muitas organizações nos últimos anos, da mesma forma que vem crescendo o número de entidades que estão optando pela publicação do Balanço Social em um gesto de responsabilidade e conscientização perante a sociedade e meio ambiente. Vários estudos foram publicados e discutidos em congressos nacionais e internacionais sobre o tema, tornando-se um campo de trabalho interessante e bastante abrangente para estudos da área contábil.

O modelo escolhido mostrou-se plenamente aplicável à prefeitura, pois com ele pode-se perceber que a entidade pública, como no caso de uma prefeitura, pode sim demonstrar para a sociedade em geral o que tem planejado e investido, sendo uma ação importante para imagem organizacional e envolvimento social, visando à transparência, ética e conscientização perante o meio ambiente.

Portanto, seja quantitativo ou qualitativo, o Balanço Social busca demonstrar seus benefícios por meio da Responsabilidade Social, sendo este um instrumento de grande importância para a gestão das prefeituras a partir da contabilidade e administração pública, envolvendo de forma direta e indireta diversos departamentos a fim de viabilizar as atividades executadas dando ênfase aos seus resultados.

No caso da prefeitura de Cruzaltense destaca-se que a mesma passou a ser a primeira prefeitura da região do Alto Uruguai, norte do Rio Grande do Sul a publicar o Balanço Social. Espera-se que a prefeitura de continuidade nas publicações, visto que é um instrumento importante para evidenciar as informações de impacto social, cultural e econômico para a sociedade.

REFERENCIAS

COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. **PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL DE CRUZALTENSE**, 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso 03/10/2009

IUDICIBUS, S. D.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 5ª ed. São Paulo. Atlas, 2000.

MARTINS, J. M; BELLO, L. R; OLIVEIRA, R. **Contabilidade Ambiental:** um estudo sobre sua importância e aplicabilidade em indústrias estabelecidas no Espírito Santo. Disponível em: http://www.humbertorosa.com.br/coordenação/produção_cientifica/...Jaqueline_Luciandra_Humberto_contabilidadeambiental. Acesso em 10 de Maio de 2009.

MAUSS, César Volnei; BLEIL, Claudedir; VANTI, Adolfo Roberto. **XBRL na Gestão Pública com Business Intelligence (BI)**. Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos. São Leopoldo, nº 6 (1), 5-18, Janeiro/Abril de 2009.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável as ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade;** teoria e prática. São Paulo: FEA/USPE, 2003.

RIBEIRO, MAISA D. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo. Saraiva, 2005.

SITE OFICIAL DE CRUZALTENSE. Disponível em <<http://www.cruzaltense.rs.gov.br>>. Acesso 05/10/2009.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social:** Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL (TER – RS). Disponível em: <<http://www.tre-rs.gov.br>>. Acesso em 01/10/2009.